

EROSÃO DEMOCRÁTICA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NA ATUALIDADE¹

Ricardo Fabrino **Mendonça**

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

ricardofabrino@fafich.ufmg.br

<https://orcid.org/0000-0002-7754-3359>

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-031rf/124>

Refletir sobre mobilizações sociais em um contexto de erosão democrática requer um olhar complexo e nuancado. Isso porque há atravessamentos diversos e, pelo menos, duas direções possíveis na definição do foco da discussão. É possível pensar, em primeiro lugar, como as crises da democracia afetam processos mobilizatórios, alterando contextos de ação e estruturas de oportunidade política, de modo a descortinar, assim, obstáculos e possibilidades para a ação de diversos atores. Também é possível investigar, em segundo lugar, as dúbias relações entre mobilizações e a democracia, compreendendo como elas são uma dimensão fulcral na edificação da resiliência democrática e como podem estar no coração de processos que corroem e enfraquecem

¹ Sou grato às pesquisadoras e pesquisadores do Margem que atravessaram o percurso de pesquisa que informa esse texto. Sou particularmente grato a Letícia Domingues, Júlia Figueiredo, Márcio Bustamante, Fernando Filgueiras, Virgílio Almeida, Cristiane Bernardes, Selen Ercan, Hans Asenbaum, Rayza Sarmiento, Mariana Abreu, Viktor Chagas, Nina Santos, Camilo Aggio e Viviane Freitas pela coautoria em textos que atravessam a presente análise. Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço também ao financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Códigos 310939/2023-2 e 406288/2023-2 – e ao apoio do INCT em Democracia Digital.

a democracia. Essas linhas de investigação operam como as duas faces de uma mesma moeda: por um lado, a tentativa de entender como as crises afetam a mobilização política e, por outro, o esforço por investigar como processos de mobilização afetam as crises.

Este artigo busca articular essas duas agendas, costurando achados e argumentos de pesquisas que realizamos nos últimos dez anos sobre ação coletiva e democracia. Embora não se trate, portanto, de argumento inteiramente novo, ele oferece contribuição ao buscar mapear e articular, em um sobrevoo amplo, um conjunto de contribuições devidamente aprofundadas e desenvolvidas em trabalhos específicos. Reconhece-se, assim, de saída, que a estratégia, aqui, é panorâmica, provendo um olhar macro sobre um conjunto de pontos, ainda que sob pena da impossibilidade de desenvolver, como fora feito nos outros textos a que serão mencionados, cada um dos pontos de forma mais profunda.

2 Para realizar essa empreitada, o texto se estrutura em três partes. A primeira delas dedica-se a apresentar, em linhas muito gerais, um diagnóstico das crises da democracia, explorando cinco dimensões que a constituem. Em seguida, na segunda parte, será discutido, também de forma panorâmica, um conjunto de tendências observadas em mobilizações sociais contemporâneas. São abordadas nove tendências: (1) A volta para o futuro; (2) A centralidade de performances; (3) O protagonismo individual e customizável; (4) O sequestro da ação do outro; (5) A desinformação como parte do repertório de confronto; (6) O jogo de luz e sombra na mobilização social; (7) A aceleração temporal dos protestos e o presentismo; (8) A centralidade de agências automatizadas; e (9) A importância de observar gambiarras. Na terceira parte, busca-se articular as duas partes iniciais, argumentando como mobilizações têm tido consequências ambivalentes para a democracia e como suas formas e configurações dialogam com elementos das crises.

Crises da democracia: as várias faces de um problema profundo

Está bem mapeado e identificado o desafio da erosão democrática na contemporaneidade. Mesmo que o sentimento de crise da democracia acompanhe diferentes momentos históricos (Ercan e Gagnon, 2014; Manin, 1995), parece claro que o momento atual é atravessado não apenas por um sentimento de crise, mas por um risco profundo de descrédito da própria ideia de democracia (Dryzek *et al.*, 2019; Przeworski, 2019; Runciman, 2018). Tal risco é multicausal e se manifesta em diferentes dimensões (Mendonça, 2023).

Há, em primeiro lugar, uma dimensão econômica das crises, que também engloba um conjunto diverso de fenômenos. Insere-se aqui toda a discussão das profundas assimetrias econômicas que interferem na capacidade de diferentes atores influenciarem resultados eleitorais e políticas públicas (Crouch, 2004, 2019). A dimensão econômica também engloba as consequências derivadas das desigualdades estruturais na distribuição de recursos, que relegam bilhões de seres humanos à indignidade, desafiando qualquer possibilidade de imaginação (quem dirá de realização) de uma comunidade de iguais (Butler, 2009; Mbembe, 2018). Ademais, a dimensão econômica das crises da democracia está ligada a processos de progressivo enfraquecimento da capacidade de agência dos Estados, o que frequentemente se liga a questões de ordem fiscal na configuração contemporânea dos modelos de financiamento dos Estados (Offe, 2013; Schafer e Streeck, 2013). Estados fracos não conseguem executar qualquer concepção de vontade coletiva. Por fim, ainda como parte da dimensão econômica, pode-se situar o fenômeno de mercantilização de indivíduos convertidos em firmas, em regimes que incentivam a competição individualizada ou grupal, naquilo que Brown (2015) identificou como o esgarçamento do *demos*. Reunidos, esses pontos levantam desafios muito significativos para a

valorização social de algum processo de autogoverno coletivo entre iguais. Eles tornam visível e palpável a fragilidade da democracia.

A segunda dimensão das crises é essencialmente política e envolve um conjunto de fenômenos. O primeiro deles se relaciona à deslegitimação de instituições políticas e à descrença generalizada na possibilidade da democracia (Gerschewski, 2020). A maquinaria institucional da democracia é frequentemente percebida como corrompida, ineficiente, enrijecida, desconectada da vida das pessoas. Igualmente, e de forma conjunta, atores políticos que ocupam tais instituições são vistos, muitas vezes, como autocentrados, particularistas, egoístas e impermeáveis a anseios e necessidades populares. Esse terreno é altamente propício ao florescer de lideranças personalistas e autoritárias, o que ajuda a compreender toda a discussão contemporânea sobre o populismo (Corbett, 2016; Fomina e Kucharczyk, 2016; Urbinati, 2019). Para além do enfraquecimento de instâncias convencionais de mediação, o fenômeno populista também acirra os ânimos tornando adversários políticos menos toleráveis (Engesser *et al.*, 2017; Kaltwasser *et al.*, 2017; Mudde, 2017). Se lideranças autoritárias chegam ao poder, os custos de repressão de tais adversários também diminuem significativamente, estruturando a tempestade dahlsiana de desdemocratização com a simultânea redução de custos de supressão e o aumento dos custos de tolerância (Dahl, 1971). A política passa a ser vista como um jogo de vale-tudo, em que valores e instituições democráticas são frequentemente vistos como perfumaria em face dos riscos observados (Levitsky e Ziblatt, 2018). É ampla a literatura sobre polarização no debate atual sobre democracia.

Ademais, e ainda na dimensão política, notam-se movimentações na sociedade civil que alimentam ora resignação apática, ora superengajamento em irrupções de violência (Offe, 2013). Nesse contexto, observam-se, ainda, as

tentativas de suposta despolitização com o fortalecimento de tecnicismos que escamoteiam a natureza política de nossas escolhas coletivas. O mais recente sintoma nessa direção é a aposta em solucionismos (Morozov, 2018) algorítmicos, que automatizam cruzamentos massivos de dados, simulações de caminhos e decisões controversas, apresentando tais processos como técnicas não ideológicas e capazes de abastecer políticas públicas baseadas em evidências. Com o fortalecimento do discurso epistocrático, que sugere prescindir da política, a democracia deixa de fazer sentido (Mendonça, Filgueiras e Almeida, 2023).

A terceira dimensão das crises é social e abarca um conjunto de fenômenos. A erosão democrática se manifesta claramente no aumento da intolerância social, com a explicitação orgulhosa de discursos de ódio e o aumento da tolerância à violência em contextos como a disseminação de linchamentos (Group, 2020; Sunstein, 2017; Talisse, 2019; Vasudeva e Barkdull, 2020). Os sectarismos diversos e a fragmentação do tecido social são, simultaneamente, causa e consequência do incremento da intolerância e da dificuldade de construção de uma opinião comum na atualidade (McCoy, Rahman e Somer, 2018; Moroni e Weberman, 2016), que é essencial à democracia (Brown, 2015; Dardot e Laval, 2016; Hardt e Negri, 2014). Ainda no plano social, nota-se o fenômeno que vem sendo chamado de *backlash* cultural (Norris e Inglehart, 2019), com o retorno de conservadorismos diante dos avanços (ou possibilidade de avanços) de valores progressistas. Sem argumentar que o conservadorismo seja, em si, uma força antidemocrática, é inegável como, na atualidade, ele tem servido de força estruturadora de muitos movimentos que se opõem, deliberada e explicitamente, à democracia (Biroli, 2018; Martins, 2022). A idealização de um passado glorioso ordeiro, articulada à valorização do nacionalismo, tem sido, em muitos países, um discurso arrematador de críticas às democracias liberais

e seus modos de operação. Por fim, cabe mencionar que, socialmente, o avanço de uma cultura de vigilância e monitoramento também trouxe novos desafios às democracias, como deixam claro os usos despóticos de ferramentas de reconhecimento facial e as experiências de policiamento preditivo (Keane, 2020; Meijer e Wessels, 2019). Se o sonho democrático sempre foi tornar o Estado mais transparente, os avanços tecnológicos viabilizaram o monitoramento em larga escala dos cidadãos, abrindo novos veios de controle e influência que violam liberdades fundamentais necessárias à democracia (Zuboff, 2019).

A quarta dimensão do cenário atual de erosão democrática é epistêmica. Ela se manifesta na difusão de informações falsas, teorias da conspiração e fragmentos descontextualizados que marcam a esfera pública contemporânea (Benkler, Faris e Roberts, 2018; Bennett e Livingston, 2021; Uscinski, 2020). A crise epistêmica chama cada vez mais atenção por suas implicações diversas, que afetam não apenas eleições, mas também a possibilidade de debates públicos necessários à elaboração, implementação e análise de políticas públicas. Tal dimensão das crises se vê atravessada por um conjunto de desenvolvimentos paradoxais da própria democracia, que levaram à valorização de múltiplas formas de saber, ao descortinamento das relações entre saber e poder e à ampliação das possibilidades de expressão com as mudanças no ecossistema comunicacional (Mendonça e Bernardes, 2022). Sendo tão importantes para a própria democracia, tais desenvolvimentos também tiveram efeitos colaterais com a redução das várias fontes de saber a questões de opinião, a deslegitimação de autoridades epistêmicas, a fragmentação epistêmica do debate público e a ascensão de endossos visíveis à condição de critério mais central na legitimação do saber. Todas essas mudanças se desenvolveram em um contexto de profundas incertezas em que a própria ideia de verdade como horizonte normativo perde

potência e tudo parece simultaneamente falso e verdadeiro no contexto da pós-verdade. Desenvolvimentos tecnológicos adicionam mais camadas de complexidade à epistêmica, incluindo o fato de a esfera pública se ver tomada por robôs que impulsionam certas visões em detrimento de outras e promovem consensos manufaturados. Há, ainda, o impacto da inteligência artificial, não apenas tornando mais turvas as fronteiras entre realidade e ficção (por exemplo, com as *deepfakes*), mas também automatizando conjuntos de decisões e fortalecendo a tendência previamente mencionada de despolitização da política (Jungherr, 2023; Murphy e Taylor, 2024; Pawelec, 2022).

A quinta e última dimensão das crises da democracia na atualidade é ambiental. Perigo existencial muito palpável e presente, a crise ambiental desafia a democracia, em primeiro lugar, porque coloca em risco a própria existência da humanidade e das demais espécies que habitam o planeta. A magnitude do risco faz a preocupação com a democracia parecer irrisória. Afinal, se não houver mais humanidade, não haverá forma de governo ou modo de vida algum. E é justamente aí que as tentações antidemocráticas se fazem mais robustas. Se Runciman (2018) teme que catástrofes levem a democracia ao fim, Fischer (2017) expressa o temor de que o medo da catástrofe empodere argumentos sobre a necessidade de outras formas de governo que sejam mais “eficientes” e ágeis em lidar com o problema. Mais uma vez, a tentação epistocrática se faz presente. Para Fischer (2017), da mesma forma que a humanidade colocou a democracia em *standby* durante a II Guerra, o contexto contemporâneo torna tentadoras as alternativas à democracia, diante da lentidão e da incapacidade do mundo dito democrático em lidar com a ameaça existencial. Os questionamentos à capacidade das democracias de produzir e entregar boas soluções têm aumentado (Brennan, 2016), de modo que a democracia não é mais, definitivamente, *the only game in*

town (Runciman, 2018). Por outro lado, ainda no que concerne à dimensão ambiental, e como vimos no debate sobre a dimensão epistêmica, os negacionismos sobre a emergência climática obnubilam a própria possibilidade do debate público, de que tanto necessita a democracia.

Reconhecer a multidimensionalidade das crises é importante por pelo menos três motivos. Em primeiro lugar, isso permite ultrapassar o diagnóstico simplório que atribui a erosão democrática à ascensão de elites políticas antidemocráticas. A chegada ao poder de figuras autoritárias é mais um sintoma do que a causa única e estrutural do amplo processo de desdemocratização observado em diversos países. Em segundo lugar, tal reconhecimento evidencia a necessidade de muitas frentes de ação para que a resiliência democrática se faça possível e para que valores fundamentais à democracia sejam protegidos. As crises requerem ações que enderecem o contexto mais amplo em suas dimensões econômicas, políticas, sociais, epistêmicas e ambientais. O terceiro motivo é que esse diagnóstico mais amplo nos ajuda a pensar mudanças significativas nas cenas de confronto em que se inserem os atores políticos.

Para os fins deste artigo, o terceiro motivo é de particular importância, visto que esta pesquisa busca compreender configurações atuais de mobilizações políticas e seus impactos sobre a democracia. Para isso, na próxima seção, é traçado um mapeamento de nove tendências do ativismo contemporâneo. Na seção subsequente, busca-se articular tais tendências às dimensões das crises, subsidiando o argumento da dúbia relação entre ação coletiva e democracia na atualidade.

Ações de confronto no mundo hodierno: algumas tendências

No turbulento cenário político da atualidade, também cresce o interesse pela compreensão de confrontos, protestos e mobilizações políticas que se observam mundo afora.

As ondas de protestos observadas em contextos tão diversos, como nos Estados Unidos, no Irã, na Europa, no Brasil, em Hong Kong e no Egito, levantaram uma intensa curiosidade na segunda década do século XXI, com indagações sobre a forma, o escopo e os impactos de ações de confronto na contemporaneidade. Tais questionamentos se deparam, muito frequentemente, com questões relativas às profundas mudanças no ecossistema comunicacional, buscando entender se, e como, o contexto de abundância comunicativa diagnosticado por Keane (2013) tem perpassado as configurações das ações coletivas conflituosas (Hoffmann *et al.*, 2024; Khazraee e Losey, 2016). É nos quadros dessa agenda, e articulando resultados de estudos anteriores, que argumentamos haver, pelo menos, nove tendências nos confrontos contemporâneos que requerem atenção. Por tendências, entendemos certas linhas de força e padrões atuais dos confrontos políticos, o que não significa que todas essas tendências sejam grandes novidades ou impliquem mudanças completas. Há tendências que revelam linhas de continuidade, ao passo que outras indicam transformações e a maioria delas assinala para adaptações de práticas e processos que articulam continuidades e mudanças em relação a outros períodos históricos. No que se segue, essas tendências são introduzidas, referenciando artigos inteiramente dedicados ao desenvolvimento mais adequado de cada uma delas, o que não é possível fazer no escopo e espaço deste artigo. Reiteramos, portanto, que os propósitos e as contribuições desta pesquisa envolvem a apresentação de um mapa mais panorâmico, que pode tanto alimentar detalhamentos futuros como convidar pesquisadoras e pesquisadores a ler o aprofundamento de cada dessas tendências nos artigos especificamente dedicados a elas.

9

Tendência 1: Back to the future

A primeira tendência do ativismo contencioso hodierno tem a ver com o debate sobre uma eventual mudança no

repertório de confronto. Há muita discussão para entender o que há de novo nas lutas sociais e práticas de mobilização. Em termos teóricos, uma das grandes questões é identificar se há mudanças no *repertório de confronto*, retomando o clássico conceito tillyano.

Nosso argumento a esse respeito é o da existência de uma mudança que, curiosamente, reconstrói um repertório prévio de ação, ressignificando-o em um contexto bastante distinto (Mendonça e Bustamante, 2020). Tilly (1978) vincula o surgimento de movimentos sociais à transição de um repertório de ação marcado por estratégias paroquiais, locais de ações diretas dirigidas a adversários concretos para um repertório cosmopolita, modular e dirigido ao Estado. Mudanças estruturais profundas teriam levado a alterações na forma como as pessoas protestam, viabilizando, a partir do século 19, aquilo que conhecemos como movimentos sociais. Um olhar em direção às formas de expressão da indignação na atualidade evidencia a revitalização de ações locais e diretas, dirigidas àqueles tidos como malfeitores. Basta pensar nos escrachos ou mesmo nos linchamentos para compreender essa revitalização. No entanto, não se trata de um mero retorno ao passado, porque o contexto comunicacional contemporâneo torna tais ações amplamente visíveis e simbólicas, repaginando-as como cosmopolitas e modulares.

Há, assim, uma espécie de *volta para o futuro*, com a reinvenção de repertórios recontextualizados. Tal processo não é específico de mobilizações em torno de uma ideologia ou bandeira política. A ação direta não é monopólio dos autonomistas, e tanto a esquerda mais convencional como os movimentos de direita se reinventaram e se fortaleceram nesse espaço mobilizatório de reconfiguração passada do futuro.

Tendência 2: Performance

Uma segunda tendência de protestos contemporâneos é a sua dimensão performática. Há uma ênfase em imagens,

sons e ocupações corpóreas de espaços mobilizando a multidimensionalidade da linguagem para produzir símbolos, arregimentar emoções e promover argumentos na cena pública. Em artigo anterior, procuramos salientar as dimensões sonoras, visuais e corpóreas do processamento coletivo de questões na esfera pública (Mendonça, Ercan e Asenbaum, 2020). Em outro trabalho, exploramos como sons, imagens e corpos podem ter dimensões deliberativas, agonísticas e antagônicas em protestos, argumentando que as três dimensões podem ter efeitos democráticos ou antidemocráticos, a depender do contexto (Ercan, Asenbaum e Menonça, 2022).

O importante a ser destacado aqui é a crescente atenção de estudiosas e dos próprios atores críticos às performances de confronto. Encenando símbolos, prefigurando mundos possíveis e ocupando territórios em arenas diversas de visibilidade, coletivos variados têm valorizado explicitamente performances que podem ganhar mais projeção e capilaridade em contextos de abundância comunicativa.

11

Não se deseja, que fique claro, argumentar que performances sejam uma novidade de mobilizações contemporâneas. Elas sempre foram um componente central de qualquer ação contenciosa ou da política de uma forma mais ampla. Há, no entanto, um contexto que viabiliza, salienta e projeta a preocupação performática para o cerne da própria ação coletiva. Se isso não é, em si, uma grande novidade, é inegável que se trata de uma dimensão importante para o estudo e a compreensão de confrontos na atualidade.

Tendência 3: Protagonismo individual e customizável

A terceira tendência é bastante identificada na literatura e passa por alterações nas formas de se pensar identidades coletivas. Crescem dinâmicas mobilizatórias que são menos hierárquicas e coesas do ponto de vista substantivo. Amplificam-se mobilizações em torno da negação de certas pessoas, ideias e movimentos ou de slogans genéricos o

suficiente para serem amplamente customizáveis a diversos sentimentos e interesses individuais (Bennett e Segerberg, 2013; Bimber, Flanagin e Stohl, 2012).

É importante salientar que isso não implica que movimentos mais hierárquicos e mesmo sindicatos tenham se tornado irrelevantes (Bennett e Segerberg, 2013; Tatagiba e Carvalho, 2024). Mas há uma crescente projeção de sentimentos de eficácia política em protestos em que muitas pessoas se veem como protagonistas de algo que pode ser histórico (Mendonça e Figueiredo, 2019). Nota-se ainda que as suturas identitárias entre membros de uma ação coletiva não precisam passar pelo compartilhamento de causas, ideais ou valores, ainda que frequentemente o façam. Tais suturas podem emergir, por exemplo, em experiências mais efêmeras de compartilhamento de tempos e espaços ou na partilha de afetos como medo e indignação (Mendonça, 2017).

12 O que parece claro é uma tendência de que formas mais convencionais de mobilização, como sindicatos e movimentos hierárquicos (Bennett e Segerberg, 2013; Ferraz, 2019; Thibes *et al.*, 2020), se reinventem em torno de gramáticas mais plurais e dispersas para lidar com as dinâmicas coletivas do confronto contemporâneo.

Tendência 4: Sequestro da ação do outro

A quarta tendência em ações de confronto contemporâneas é o chamado sequestro da ação de outrem (Mendonça, 2020). Forte na lógica das mídias digitais, essa tendência se revela nas tentativas de se beneficiar de gramáticas, conceitos, narrativas e coletivos que surgiram para ancorar posições políticas distintas. Em uma espécie de espelhamento dos adversários, atores políticos se mobilizam para ressignificar ideias e significantes, invertendo seus sinais. Busca-se apropriar das gramáticas que têm funcionado para outros coletivos. Procura-se acesso às redes alheias como modo de se beneficiar da visibilidade que não se tem.

Assim, utiliza-se a força do outro para impulsionar o contra-ataque. Um exemplo disso é a profunda ressignificação de significantes:

Pense-se no combate à corrupção, nos direitos humanos, no fascismo ou na própria igualdade de gênero. Como num mundo bizarro às avessas, para impedir perseguição ideológica professores precisam lutar contra "a escola sem partido". Quem se declara antifascista é tomado como terrorista... Nesse sequestro dos significantes, em que se fala pelo avesso, a esquerda viu-se, frequentemente, tateando o mundo em busca de termos. Sem palavras, perdeu não apenas a capacidade de dizer, mas de entender claramente o que quer dizer e, assim, de fazer propostas claras e consistentes no endereçamento efetivo dos buracos colossais em que a humanidade vai se metendo. (Mendonça, 2020)

Outro exemplo dessa tendência é a recorrente mobilização de *hashtags* de adversários (Mendonça, Abreu e Sarmiento, 2021) ou a estratégia de provocar e responder desafios nas redes deles, de modo a se beneficiar da visibilidade de seguidores para além da própria bolha a que pertence um determinado grupo ou indivíduo. Criam-se armadilhas para se beneficiar do engajamento alheio, o que pode ser ilustrado, por exemplo, pelo uso que bolsonaristas fizeram da crítica de Anitta à cola que o então candidato levou na mão para um debate nas eleições.²

13

Tendência 5: Desinformação como parte do repertório de confronto

A quinta tendência a ser aqui destacada é o uso da desinformação como parte do repertório de confronto político

² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2022/08/23/cola-mao-bolsonaro-proposital-estimulo-gabinete-do-odio-anitta-caiu.htm>. Acesso em: 2 maio 2025.

(Mendonça *et al.*, 2023). Em tempos de uma política de vale tudo, em que os riscos da vitória de adversários parecem existenciais, mentiras povoam as campanhas coletivas e os processos mobilizatórios.

Não faz muito sentido imaginar que as pessoas compartilhem essas mentiras porque são ludibriadas, manipuladas ou enganadas. A desinformação faz parte do jogo do confronto contemporâneo, sendo entendida como estratégia válida por diversos grupos. A verdade parece incerta e, mesmo que as coisas não sejam essencialmente acuradas ou contextualizadas, elas são vistas como passíveis de serem ditas desde que promovam certos interesses de ordem econômica, política ou social. Descontextualizar a fala de outrem, ressignificar dados, lançar dados alternativos, induzir à dúvida despropositada e fazer insinuações pouco claras são moeda corrente no modo como o confronto político se processa em tempos de pós-verdade.

14

Tendência 6: Luz e sombra

A sexta tendência do ativismo contemporâneo a ser aqui destacada foi definida por Dominique Cardon (2012) como um jogo de *luz e sombra* (ou *chiaroscuro*). Ao discutir as configurações da esfera pública no contemporâneo, Cardon identifica um regime de visibilidade e opacidade que altera o próprio regime de publicidade. Isso fica evidente se pensarmos em aplicativos de mensageria (que não eram o foco do autor) ou na dinâmica efêmera de *stories* e *snap*s, imagens de visualização única, áudios e vídeos postados e apagados em sequência. É possível falar publicamente e adquirir ampla visibilidade, utilizando-se de canais e dispositivos parcialmente obscuros e de difícil rastreio. O WhatsApp é o exemplo mais claro desse jogo de luz e sombra em que as coisas se tornam visíveis, apesar de circularem de modo velado.

Movimentos sociais e coletivos diversos buscam simultaneamente os holofotes de grande visibilidade e a proteção

da conversa velada que fortalece não apenas o intimismo e a veracidade em tempos de enfraquecimento de autoridades epistêmicas, mas também e fundamentalmente a geração de exposição inadvertida, a capilarização de redes e a disseminação de ideias sem a necessidade de responsabilização pública ou o trabalho da contraposição por outros. É comum que atores políticos postem vídeos, por exemplo, e os apaguem depois da capilarização, para não permanecerem vinculados à divulgação de conteúdos falsos ou disseminadores de ódio.

O jogo de luz e sombra altera muito significativamente a dinâmica de *arenas* em que *players* interagem na construção de confrontos sociais (Jasper, 2014). Essa tendência afeta a própria configuração daquilo que é passível de ser dito na construção de lutas na atualidade, ajudando a entender, por exemplo, por que a desinformação se tornou parte do repertório de conflito, ou por que memes de bom dia podem ser pensados como prática política que contribui para a estruturação de redes orgânicas e para a exposição inadvertida a gramáticas morais e enquadramentos (Mendonça e Chagas, 2024).

15

Tendência 7: Aceleração temporal e presentismo

A sétima tendência observada na política de confronto da atualidade está relacionada às profundas mudanças na experiência temporal em diversas esferas da vida social. A aceleração de processos e o fortalecimento do *presentismo*, gerados por mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, têm consequências significativas na maneira como processos mobilizatórios ocorrem e nos repertórios de confronto disponíveis a atores coletivos.

Um dos pontos centrais a esse respeito tem a ver com as estratégias necessárias para que tais atores ganhem atenção pública. É preciso alterar os ritmos de manifestação do dissenso para fazer-se presente e memorável em uma esfera pública marcada pela efemeridade e pela saturação

de temas. Com isso, notam-se tanto algumas estratégias de intensificação do ritmo dos protestos, como ações quase diárias em tentativas de uma visibilidade permanente que dificulte a saída de cena, quanto as táticas de cadenciamento do tempo em uma sucessão de picos e vales de mobilizações. Fenômenos como as Jornadas de Junho ilustram a primeira estratégia, ao passo que movimentos como o *Black Lives Matter* ilustram a segunda.

A questão é que, nesse contexto de aceleração, vigora um tipo de *presentismo* (Hartog, 2015) em que tanto o passado como o futuro perdem espessura, tornando-se sempre maleáveis à luz daquilo que ocupa a esfera pública aqui e agora. A necessidade de promover eventos e de reinventar futuros e passados atravessa o repertório de ações dos movimentos sociais e de coletivos críticos de uma forma mais ampla. Ocupações e outros tipos de política prefigurativa (Boggs, 1977; van de Sande, 2018) ilustram bem essa tentativa de dar mais espessura ao presente para reinterpretar passados e projetar futuros possíveis. A literatura sobre acontecimento traz ricas contribuições na compreensão dessa dinâmica de reconfiguração temporal que marca a sucessão de presentes do contemporâneo (Quéré, 2005).

Tendência 8: Centralidade de agências automatizadas

A oitava e penúltima tendência a ser aqui discutida é o uso de agências automatizadas na política de confronto (Hagen *et al.*, 2022). Seja para construir estados emotivos e ondas de endosso de certas visões, para promover capilaridade e rápida difusão de conteúdos ou mesmo para construir conteúdos e “discutir” política, os robôs são parte central nos conflitos contemporâneos. Eles contribuem para projetar a visibilidade de minorias intensas e promovem ondas mobilizatórias em correntes de afeto, presença e visibilidade que estão no próprio cerne da construção de coletividades. Em complexas *assemblages* com seres humanos, eles contribuem

para reforçar desigualdades econômicas e cristalizar assimetrias, tornando os terrenos da esfera pública mais áridos.

A algoritmização da sociedade deixa marcas crescentes nas mais diversas atividades humanas. Da mobilidade urbana ao estabelecimento de relacionamentos afetivos, passando por decisões médicas e movimentações financeiras, complexos sistemas algorítmicos estruturam contextos de interação e afetam a maneira como agimos, com profundas consequências sociais (Mendonça, Filgueiras e Almeida, 2023). Pensar a esfera pública atual sem atentar para a agência de *bots* (em sua relação com humanos) e sem compreender que atores coletivos interagem com as *affordances* de plataformas para se organizar e se expressar politicamente é deixar de lado dimensões fundamentais sobre o confronto na atualidade. Reconhecer as agências algorítmicas a balizar interações sociais não implica, que fique claro, nenhum apagamento da agência humana. Ao contrário, requer compreender como seres humanos, e atores coletivos aí incluídos, têm lidado com esse contexto, reconfigurando suas ações diante de limites e possibilidades existentes. Hoje, robôs e algoritmos são parte central de processos mobilizatórios e lutas sociais (Nonnecke *et al.*, 2021).

17

Tendência 9: Gambiarras

A última tendência a ser mencionada é a da inventividade prática de atores coletivos. Dado o cenário frequente de recursos escassos e a dimensão dos problemas enfrentados, é muito comum que grupos mobilizem os recursos disponíveis para lidar com situações concretas, inventando táticas nem sempre convencionais, estáveis e duráveis. Em bom português, a ação coletiva de confronto mobiliza, muitas vezes, gambiarras que evidenciam a inventividade criativa dos atores, alterando o contexto em que atuam, mas também colocando desafios e potenciais curtos-circuitos no escopo das possibilidades.

Movimentos sempre lançaram mão de diversas gambiarras, mas faz-se necessário teorizar essa ideia de *gambiarra*, jogando luz sobre a inventividade dos atores críticos e suas consequências ambivalentes. Faz-se necessário, ainda, explorar novas gambiarras que são colocadas em cena por atores coletivos na atualidade. Para exemplificar as gambiarras contemporâneas, é possível pensar o modo como grupos têm construído candidaturas e mandatos coletivos, que são muito inovadores e empurram contextos institucionais em direções não previstas, mas também colocam novos desafios à própria organização da representação política (Medonça, Cruz e Gelape, 2022). Reconhecer a dimensão de gambiarra dos mandatos coletivos não é desmerecer seu potencial, ao contrário, é notar a forma prática, corpórea, como atores lidam com problemas efetivos (como a sub-representação de mulheres e negros em parlamentos) por meio de táticas criativas que podem se desdobrar de formas não totalmente controláveis. Sobre isso, basta pensar nos casos de renúncias ou brigas dentro de mandatos para entender como as potentes gambiarras também podem gerar novos dilemas e riscos.

Seja como for, aqui nos interessa chamar a atenção para o fato de que processos mobilizatórios não são apenas movimentos planejados, hierarquizados e organizados, mas processos confusos, práticos, em que atores criam e reinventam possibilidades de se colocar criticamente em relação a outros atores, a políticas e a instituições.

Mobilização em tempos de crise

O quadro articulado até o momento avança em duas frentes. Primeiro, mapeamos cinco dimensões que estruturam o diagnóstico contemporâneo de erosão democrática, discutindo como as crises da democracia envolvem faces econômicas, políticas, sociais, ambientais e epistêmicas. Na sequência, listamos um conjunto de nove tendências nos confrontos contemporâneos, que ajudam a dotar de sentido

aspectos relevantes de conflitos hodiernos e os processos mobilizatórios na base de ações coletivas. Nesta parte final, interessa-nos articular esses dois eixos para fazer avançar a compreensão acerca da relação entre processos mobilizatórios atuais e as crises da democracia.

De saída, declaramos não ser o intuito, aqui, reproduzir o argumento simplista que culpabiliza movimentos sociais (de diferentes matizes ideológicos) pelas crises da democracia. Como se procurou argumentar, as crises são complexas, multicausais e dialogam, de formas ambivalentes, com diversos fenômenos.

É nesse sentido que, em primeiro lugar, chama a atenção como o contexto de crise afeta a forma e a substância de diversos processos mobilizatórios. A Tendência 1, sobre a mudança no repertório de confronto, por exemplo, está muito ligada às transformações que estão no cerne da erosão democrática. A polarização afetiva e a deslegitimação de instituições, em um cenário de abundância comunicativa, que altera o regime de visibilidade e as formas de participação, alimentam visões de “faça você mesmo” (*Do it Yourself*) na base do crescimento de ações diretas e paroquiais, que se modularizam pela capilaridade das tecnologias comunicacionais da atualidade. Esse cenário também ajuda a entender a Tendência 3, que coloca indivíduos no cerne da estrutura mobilizatória, questionando uma visão unicamente hierárquica e vertical de coletivos e semeando possibilidades mobilizatórias que parecem mais flexíveis e customizáveis. O amplo cenário de crise econômica atravessa essas explosões menos organizadas de indignação, patente em casos como a greve dos caminhoneiros, por exemplo. A dimensão econômica auxilia a perceber essa indignação não apenas em relação às desigualdades existentes, mas à própria fragilidade de Estados que parecem cada vez mais impotentes, como percebeu Offe (2013). Indignação essa que se mostra, muitas vezes, com violência em rompantes públicos, mas também

com a criatividade de performances e gambiarras diversas (Tendências 2 e 9), que empurram as fronteiras da institucionalidade e reinventam modos possíveis de expressão.

O contexto de profunda divisão social também joga luz sobre as origens da Tendência 5, sobre a mobilização da desinformação como parte do repertório de confronto. Como já explorado, em um cenário em que se torna excessivamente custoso tolerar adversários políticos, o vale-tudo da competição altera a centralidade do valor-verdade no leque de horizontes normativos vislumbrados. Somam-se a isso as faces epistêmicas das crises que tornam particularmente difícil definir o que seria “verdade” e que opera com um turbilhão saturado de versões, narrativas, opiniões conflitantes e fatos alternativos. É assim que o compartilhamento de algo sobre o qual não se tem muita certeza (até porque não se pode ter muita certeza de nada) torna-se não só concebível, mas necessário diante dos riscos da vitória do “inimigo”. Os discursos populistas ajudam a semear de modo amplo essa demonização dos adversários, contra quem, supõe-se, “vale tudo”. Além disso, o contexto de negacionismo ambiental reforça o uso estratégico da dúvida, que é absolutamente central para que a desinformação se torne prática intrínseca ao repertório de confronto contemporâneo.

Ademais, a configuração tecnológica do contexto de abundância comunicativa alicerça o jogo de luz e sombra, explorado na Tendência 6, que estrutura uma esfera pública fragmentada e suscetível a discursos que não encontram o escrutínio público requerido pela democracia. De forma semivelada, mas com grande visibilidade e capilaridade, circulam discursos de ódio e negacionismos que alicerçam a intolerância na atualidade, as tentativas de deslegitimação do sistema político e a própria desinformação, que é difícil de ser rastreada e contida. Tudo isso num jogo acelerado (Tendência 7) que requer imagens, vozes e corpos (Tendência 2), para além de ideias abstratas, na produção

afetiva de crença e afeto em um mundo polarizado. Pelas vitrines semiopacas de aplicativos de mensageria circulam sussurros públicos em áudios, *selfies* e memes que reestruturam os caminhos da mobilização social, convocando indivíduos a se engajar com causas e a expressar suas indignações, muitas vezes, contra a própria política. Por essas veredas invisivelmente visíveis, circulam tentativas de se apropriar de significantes metáforas, gramáticas e seguidores alheios como forma de fortalecer as próprias perspectivas e identidades publicamente (Tendência 4).

Nesse contexto, é difícil não retomar, na sequência, a Tendência 8, sobre a centralidade de agências automatizadas. No vale-tudo da política, em tempos de intolerância alimentados pela lógica de negócio das plataformas, os robôs têm papel vital, seja como agências que participam da substância de processos, seja como estruturas que oferecem as *affordances* que balizam contextos interacionais e as escolhas de outros atores. Os robôs despontam como novas formas de mediação, menos perceptíveis, em um mundo que demanda (e imagina ser possível) o fim da mediação política e que acredita, simultaneamente, tanto na relação direta de figuras messiânicas com a população como nos *solucionismos tecnológicos* para tomada de decisões e estruturação de políticas públicas. Esses solucionismos, convém lembrar, trazem novos desafios à crise ambiental, pelo consumo energético geral e pelo consumo de água necessário ao resfriamento de servidores.

O ponto aqui argumentado é que o contexto de erosão democrática é estruturador da forma e da substância de processos mobilizatórios na base do exercício do confronto. Muitas das práticas observadas no contemporâneo podem ser vistas como sintomas da própria crise, como efeitos colaterais ou como resistências a ela, numa espécie de retorno não controlável dos próprios vetores que limitam as possibilidades de emancipação humana. Aqui, aproximamo-nos, em alguma medida, embora por caminhos distintos, do argumento de

Hardt e Negri (2014), quando discutem a “monstruosidade da carne”, que, gerada por processos de despersonalização, desamparo e perda do comum, retorna como potência desestabilizadora não plenamente compreensível para escapar e resistir aos vetores que a viabilizaram.

Muitas das características de mobilizações contemporâneas carregam essa dubiedade, que é não só de origem, como de efeito. Um voo macroscópico sobre mobilizações de confronto na atualidade não pode se furtar de perceber como elas não apenas são atravessadas pelo contexto das crises, mas podem alimentá-lo. Em outro trabalho, buscamos explorar quatro dinâmicas por meio das quais mobilizações políticas têm participado da erosão democrática (Mendonça e Domingues, 2022). Seja porque têm tido forte apelo nacionalista no anseio por encontrar algo em comum em um mundo tão fragmentado, ou porque representaram rupturas que abriram espaço para o reaparecimento de forças autoritárias latentes, ou por terem revelado o aumento dos custos de tolerância em um cenário de política radicalizada e polarizada, ou porque sugerem a erosão de estruturas coletivas mediadoras na política, não é difícil vincular facetas das crises à ação coletiva de grupos que defendem coisas variadas.

Há, claro, movimentos substantivamente antidemocráticos, propelindo agendas autoritárias de modo explícito e buscando legitimar práticas voltadas a minar os valores mais fundamentais da democracia, como liberdade, pluralidade, igualdade e participação. O argumento defendido aqui, contudo, é o de que essa face mais evidente do problema não é a única relevante. Não se trata apenas de identificar a “*bad civil society*”, porque as dinâmicas em que se inserem grupos que não desejam o fim da democracia podem ter consequências práticas que também representam novos desafios às democracias, como já defendia Armony (2004) há duas décadas.

Isso não quer dizer, contudo, que processos mobilizatórios, em geral, perderam capacidade emancipatória.

Reconhecer as consequências ambivalentes de diferentes lutas sociais contemporâneas não pode implicar lê-las apenas como desafio à democracia. Se muitos processos mobilizatórios colocam as democracias em risco por razões e mecanismos diversos, esses processos não deixaram de ser vitais para a própria sobrevivência das democracias. Seja por canalizar e reinventar forças participativas, por alimentar o dissenso necessário à própria abertura requerida pelo ideal democrático, ou por alimentar lutas para a discussão e promoção de ideais como igualdade e liberdade, os processos mobilizatórios seguem no coração da própria definição de democracia. Eles não precisam ser coerentes e nem precisam atender pela alcunha de movimentos sociais. Mas há pujança social e política em formas de articulação diversas que seguem apresentando desafios muito concretos a relações de poder existentes e por que não dizer, à *maquinaria institucional* da democracia, para usar os termos de Dewey (2016 [1927]). Negar a ambivalência dos processos mobilizatórios contemporâneos leva muitos analistas a visões maniqueístas de elogio ou rechaço apriorístico às vozes das ruas, sem avançar na necessária compreensão da ambivalência destas. Essa compreensão é, contudo, necessária para que as democracias se repensem, sem abrir mão de suas conquistas, mas também sem abrir mão da incompletude sempre aberta, para lembrar a definição canônica de Lefort (1981), que a move para frente.

23

Ricardo Fabrino Mendonça

Professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordena o Margem – Grupo de pesquisa em Democracia e Justiça e integra o Comitê Gestor do INCT em Democracia Digital. É pesquisador associado ao Centre for Deliberative Democracy and Global Governance da Austrália.

Bibliografia

- ARMONY, Ariel. 2004. *The Dubious Link: Civic Engagement and Democratization*. Stanford: Stanford University Press.
- BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. 2018. *Network Propaganda: Manipulation, Disinformation, and Radicalization in American Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- BENNETT, W. Lance; LIVINGSTON, Steven. 2021. *The Disinformation Age*. New York: Cambridge University Press.
- BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. 2013. *The logic of connective action*. New York: Cambridge University Press. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139198752>
- BIMBER, Bruce; FLANAGIN, Andrew; STOHL, Cynthia. 2012. *Collective action in organizations*. New York: Cambridge University Press. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511978777>
- BIROLI, Flávia. 2018. Reação conservadora, democracia e conhecimento. *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 1, pp. 83-94. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145515>
- BOGGS, Carl. 1977. Marxism, Prefigurative Communism, and the Problem of Workers' Control. *Radical America*, v. 11, pp. 99-122.
- BRENNAN, Jason. 2016. *Against Democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- BROWN, Wendy. 2015. *Undoing the demos. Neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books.
- BUTLER, Judith. 2009. *Frames of war: When is life grievable?* London: Verso.
- CARDON, Dominique. 2012. *A democracia internet: promessas e limites*. São Paulo: Editora Forense Universitária.
- CORBETT, Steve. 2016. The social consequences of Brexit for the UK and Europe: Euroscepticism, populism, nationalism, and societal division. *International Journal of Social Quality*, v. 6, n. 1, pp. 11-21. DOI: <https://doi.org/10.3167/IJSQ.2016.060102>
- CROUCH, Colin. 2004. *Post-democracy*. Cambridge: Polity Press.
- CROUCH, Colin. 2019. *The globalization backlash*. Cambridge: Polity Press.
- DAHL, Robert. 1971. *Poliarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dewey, John. 2016 [1927]. *The Public and Its Problems: An Essay in Political Inquiry/John Dewey*. Athens: Swallow Press.

- DRYZEK, John *et al.* 2019. The crisis of democracy and the science of deliberation. *Science*, v. 363, n. 6432, pp. 1144-1146. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aaw2694>
- ENGESSER, Sven *et al.* 2017. Populism and social media: How politicians spread a fragmented ideology. *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 8, pp. 1109-1126. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1207697>
- ERCAN, Selen; GAGNON, Jean-Paul. 2014. The crisis of democracy: Which crisis? Which democracy? *Democratic Theory*, v. 1, n. 2, pp. 1-10. DOI: <https://doi.org/10.3167/dt.2014.010201>
- ERCAN, Selen; ASENBAUM, Hans; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. 2022. Performing Democracy. *Performance Research*, v. 27, pp. 26-37.
- FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. 2019. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. *Serviço Social & Sociedade*, n. 135, pp. 346-363. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.182>
- FISCHER, Frank. 2017. *Climate crisis and the democratic prospect: Participatory governance in sustainable communities*. Oxford: Oxford University Press. DOI: <https://doi.org/10.1093/oso/9780199594917.001.0001>
- FOMINA, Joanna; KUCHARCZYK, Jacek. 2016. The Specter Haunting Europe: populism and protest in Poland. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 4, pp. 58-68.
- GERSCHEWSKI, Johannes. 2020. Erosion or decay? Conceptualizing causes and mechanisms of democratic regression. *Democratization*, v. 28, n. 1, pp. 4362. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2020.1826935>
- GROUP, Michael. 2020. The Strange Fruit of the Tree of Liberty: Lynch Law and Popular Sovereignty in the United States. *Perspectives on Politics*, v. 18, n. 3, pp. 819-834. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1537592720001255>
- HAGEN, Loni *et al.* 2022. Rise of the Machines? Examining the Influence of Social Bots on a Political Discussion Network. *Social Science Computer Review*, v. 40, n. 2, pp. 264-287. DOI: <https://doi.org/10.1177/0894439320908190>
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. 2014. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record.
- HARTOG, François. 2015. *Regimes de Historicidade: Presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- HOFFMANN, Matthias *et al.* 2024. Social media and political contention challenges and opportunities for comparative research. *Journal of*

- Information Technology & Politics*, v. 21, n. 3, pp. 209-217. DOI: <https://doi.org/10.1080/19331681.2024.2356435>
- JASPER, James. 2014. Playing the Game. In: JASPER, James; DUYVENDAK, Jan Willem (org.). *Players and Arenas*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- JUNGHERR, Andreas. 2023. Artificial intelligence and democracy: A conceptual framework. *Social Media + Society*, v. 9, n. 3, p. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1177/20563051231186353>
- KALTWASSER, Cristóbal Rovira *et al.* 2017. Populism: An overview of the concept and the state of the art. In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira *et al.* (ed.), *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press. pp. 1-24.
- KEANE, John. 2013. *Democracy and Media Decadence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KEANE, John. 2020. *The new despotism*. Cambridge: Harvard University Press.
- KHAZRAEE, Emad; LOSEY, James 2016. Evolving repertoires: Digital media use in contentious politics. *Communication and the Public*, v. 1, n. 1, pp. 39-55. DOI: <https://doi.org/10.1177/2057047315625076>
- LEFORT, Claude. 1981. *L'invention démocratique: les limites de la domination totalitaire*. Paris: Fayard.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. 2018. *How democracies die*. New York: Crown Publishing.
- MANIN, Bernard. 1995. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, pp. 5-34.
- MARTINS, Joyce Miranda Leão. 2022. Neoliberalismo na América Latina: o ataque aos direitos sexuais e reprodutivos como elemento da erosão democrática. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 37, e254322. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.254322>
- MBEMBE, Achille. 2018. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições.
- MCCOY, Jennifer; RAHMAN, Tahmina; SOMER, Murat. 2018. Polarization and the Global Crisis of Democracy: Common Patterns, Dynamics, and Pernicious Consequences for Democratic Polities. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, pp. 16-42. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002764218759576>
- MEIJER, Albert; WESSELS, Martijn. 2019. Predictive policing: Review of benefits and drawbacks. *International Journal of Public Administration*, v. 42, n. 12, pp. 1031-1039. DOI: <https://doi.org/10.1080/01900692.2019.1575664>

- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. 2017. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 66, pp. 130-159. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i66p130-159>
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. 2023. Pode a deliberação ajudar a democracia quando a própria democracia está em crise? In: Ricardo F. Mendonça; Rayza Sarmento. (org.). *Crises da democracia e esfera pública: debates contemporâneos*. Belo Horizonte: Editoria UFMG. pp. 13-35.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; BERNARDES, Cristiane Brum. 2022. Crise epistêmica e democracia: amadores e especialistas. In: TATAGIBA, Luciana et al. (org.). *Participação e Ativismos: Entre Retrocessos e Resistências*. Porto Alegre: Zouk. pp. 327-346.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; BUSTAMANTE, Márcio. 2020. Back to the Future: Changing Repertoire in Contemporary Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 39, pp. 629-643.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CHAGAS, Viktor. 2024. Bom dia! A frenética política apolítica dos memes de WhatsApp. In: Viktor Chagas (org.). *A Cultura dos Memes no Brasil*. Salvador: Edufba. pp. 131-160.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; DOMINGUES, Letícia Birchall. 2022. Protestos contemporâneos e a crise da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 37, pp. e246424. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.246424>
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FIGUEIREDO, Júlia Moreira. 2019. No olho do furacão: protagonismo e incerteza nas Jornadas de Junho de 2013. *Revista do Serviço Público*, v. 70, pp. 735-754. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3455>
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ABREU, Mariana; SARMENTO, Rayza. 2021. Repertórios discursivos e as disputas políticas contemporâneas. *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, v. 40, n. 1, pp. 33-54.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ERCAN, Selen; ASENBAUM, Hans. 2020. More than Words: A Multidimensional Approach to Deliberative Democracy. *Political Studies*, v. 70, n. 1, pp. 153-172. DOI: <https://doi.org/10.1177/0032321720950561>
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FILGUEIRAS, Feranando; ALMEIDA, Virgílio. 2023. *Algorithmic Institutionalism: the changing rules of social and political life*. Oxford: Oxford University Press.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; GELAPE, Lucas; CRUZ, Estêvão. 2023. Collective Candidacies and Mandates in Brazil: Challenges and Pitfalls of a Gambiarra. In: BUA, A.; BUSSU, S. (org.). *Reclaiming Participatory*

- Governance Social Movements and the Reinvention of Democratic Innovation*. Abingdon: Routledge. pp. 154-169.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino *et al.* 2023. Fake News e o Repertório Contemporâneo de Ação Política. *DADOS – REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, v. 66, pp. 1-33.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A esquerda sem palavras? *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 out. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/opiniao/2020/10/06/interna_opiniao,1191899/a-esquerda-sem-palavras.shtml. Acesso em: 12 maio 2025.
- MORONI, Stefano; WEBERMAN, David (ed.). 2016. *Space and pluralism: can contemporary cities be places of tolerance?* Budapest: CEU Press: Central European University Press.
- MOROZOV, Evgeny. 2018. *Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora.
- MUDDE, Cas. 2017. An ideational approach. In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira *et al.* (eds.) *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press. pp. 27-47.
- MURPHY, John, TAYLOR, Randon. 2024. To democratize or not to democratize AI? That is the question. *AI and Ethics*, v. 4, pp. 1-7. DOI: <https://doi.org/10.1007/s43681-023-00313-5>
- NONNECKE, Brandie *et al.* 2021. Harass, mislead, & polarize: An analysis of Twitter political bots' tactics in targeting the immigration debate before the 2018 U.S. midterm election. *Journal of Information Technology & Politics*, v. 19, n. 4, pp. 423-434. DOI: <https://doi.org/10.1080/19331681.2021.2004287>
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. 2019. *Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OFFE, Claus. 2013. Participatory inequality in the austerity State: a supply-side approach. In: SCHÄFER, Armin; STREECK, Wolfgang (ed.). *Politics in the age of austerity*. Cambridge: Polity. pp. 196-218.
- PAWELEC, Maria. 2022. Deepfakes and Democracy (Theory): How Synthetic Audio-Visual Media for Disinformation and Hate Speech Threaten Core Democratic Functions. *DISO*, v. 1, n. 19. DOI: <https://doi.org/10.1007/s44206-022-00010-6>
- PRZEWORSKI, Adam. 2019. *Crises of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- QUÉRÉ, Louis. 2005. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, 6, pp. 59-75.
- RUNCIMAN, David. 2018. *How democracy ends*. New York: Basic Books.

- SCHAFER, Armin; STREECK, Wolfgang (ed.). 2013. *Politics in the age of austerity*. Cambridge: Polity.
- SUNSTEIN, Cass. 2017. *#Republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton: Princeton University Press.
- TALISSE, Robert. 2019. *Overdoing Democracy: Why We Must Put Politics in its Place*. New York: Oxford University Press.
- TATAGIBA, Luciana.; CARVALHO, Priscila. 2024. ¿Quiénes protestan en el Cono Sur? La pluralización de la protesta y los desafíos a la democracia. In: CARVALHO, Priscila; NATALUCCI, Ana; SOMMA, Nicolás. *Protestas, democracia y desigualdades en el Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo. pp. 71-105.
- THIBES, Mariana Zanata *et al.* 2020. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. *SIMBIÓTICA*, v. 7, pp. 49-73.
- TILLY, Charles. 1978. *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill.
- URBINATI, Nadia. 2019. *Me the People: How Populism Transforms Democracy*. Cambridge: Harvard University Press.
- USCINSKI, Joseph E. 2020. *Conspiracy Theories: A Primer*. New York: Rowman & Littlefield.
- VAN DE SANDE, Mathijs. 2018. Prefiguration. *Krisis, Journal for contemporary philosophy*, n. 2, pp. 13-14.
- VASUDEVA, Feeza; BARKDULL, Nicholas. 2020. WhatsApp in India? A case study of social media related lynchings. *Social identities*, v. 26, n. 5, pp. 574-589. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504630.2020.1782730>
- ZUBOFF, Shoshana. 2019. *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. New York: Public Affairs.

EROSÃO DEMOCRÁTICA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NA ATUALIDADE

RICARDO FABRINO MENDONÇA

Resumo: Este artigo analisa a relação entre mobilizações sociais contemporâneas e crises democráticas. Costurando de forma panorâmica achados e argumentos de pesquisas que realizamos nos últimos dez anos, o texto explora cinco dimensões da crise democrática (econômica, política, social, epistêmica e ambiental) e nove tendências das mobilizações contemporâneas, a saber: (1) A volta para o futuro; (2) A centralidade de performances; (3) O protagonismo individual e customizável; (4) O sequestro da ação do outro; (5) A desinformação como parte do repertório de confronto; (6) O jogo de luz e sombra na mobilização social; (7) A aceleração temporal dos protestos e o presentismo; (8) A centralidade de agências automatizadas; e (9) A importância de observar gambiarras. Argumenta-se que mobilizações têm tido consequências ambivalentes para a democracia e como suas formas e configurações dialogam com elementos das crises.

Palavras-chave: Crise da Democracia; Mobilização Social; Repertórios de Confronto; Ação Coletiva.

DEMOCRATIC EROSION AND CONTEMPORARY POLITICAL MOBILIZATION

Abstract: *This article analyzes the relations between contemporary social mobilizations and democratic crises. Presenting findings and arguments from research we have conducted over the past ten years, the text explores five dimensions of the democratic crisis (economic, political, social, epistemic, and environmental) and nine trends of contemporary mobilizations, namely: (1) Back to the future; (2) The centrality of performances; (3) Individual and customizable protagonism; (4) Hijacking the other's action; (5) Disinformation as part of the repertoire of confrontation; (6) Chiaroscuro in social mobilization; (7) The temporal acceleration of protests and*

presentism; (8) The centrality of automated agencies; and (9) The importance of observing improvisations. We argue that mobilizations have had ambivalent consequences for democracy and that their forms and configurations dialogue with elements of the crises.

Keywords: *Democratic Erosion; Social Mobilization; Repertoires of Confrontation; Collective Action.*

Recebido: 10/09/2024

Aprovado: 11/03/2025